



Extensão e Compromisso na Pandemia: ELO de Ação e Práticas Urbanas

Bruno Cesar Eufrazio de Mello: Faculdade de Arquitetura – UFRGS; e-mail: brunocesaremello@ufrgs.br
Inês Martina Lersch: Faculdade de Arquitetura – UFRGS

Introdução

Fazer extensão é assumir compromissos: com uma universidade que dialoga com questões sociais, com comunidades populares e seus desafios, com a formação acadêmica cidadã, dentre diversos

outros. Em momentos de crise – como a colocada pela pandemia da Covid-19 – é que compromissos se fazem mais necessários e ficam mais evidentes. Este texto relata uma experiência de reafirmação dessa mútua responsabilidade

universidade-comunidade a partir da vivência do projeto de extensão Práticas Urbanas Emergentes (PUE) na campanha *ELO de ação: fundo emergencial para populações vulneráveis atingidas pela Covid-19*, realizada em 2020.

A campanha articulou diversos coletivos e grupos que buscavam auxiliar as comunidades mais pobres da capital gaúcha no enfrentamento dos impactos deletérios da Covid-19 em suas vidas. Apresentaremos a seguir o que foi a campanha ELO, sua construção e articulação, bem como a inserção do PUE nesta experiência. Além disso, pretendemos expor mais especificamente o resultado dela para duas comunidades com as quais o projeto interage: a Vila Nazaré, assentamento popular autoconstruído que está sofrendo processo de remoção para ampliação da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Internacional Salgado Filho; e a Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, coordenada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST).

O ELO de ação

Em meados de março de 2020, a pandemia mundial do novo coronavírus alcançou o Brasil. Iniciava-se, então, a incerteza sobre seus impactos em nossa cidade. Uma das primeiras orientações das autoridades de saúde era para que mantivéssemos o isolamento social, uma tentativa de reduzir o contágio. Contudo, como garantir a renda e a subsistência das populações em vulnerabilidade social -aqueles que trabalham de manhã para comer à tarde-? Diante deste quadro, era necessário formular uma proposta para abrandar os efeitos da pandemia, justamente para os mais pobres.

O ELO de ação: fundo emergencial para populações vulneráveis atingidas pela Covid-19 surgiu nesse contexto. O ELO constitui-se de uma iniciativa liderada pela Escola Livre de Arquitetura (ELA), entidade dirigida pela arquiteta e urbanista Luciana Marson Fonseca, egressa do Programa de Pós-Graduação em Planejamento

Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. O convite para integrar a campanha foi realizado a diversos grupos e agentes que já trabalhavam com comunidades e movimentos populares e sociais em diferentes territórios na cidade de Porto Alegre e em sua Região Metropolitana. Como refere Fonseca,

a intenção era unir forças na captação de recursos financeiros que, doados à campanha, seriam transformados em cestas básicas, equipamentos de proteção individual, enfim, em insumos diversos a serem distribuídos pelos parceiros àquelas populações com as quais eles já trabalhavam. FONSECA (2020, p. 5),

Alguns aspectos merecem destaque na construção dessa rede de articulação: a descentralização das decisões, a capacidade de auto-organização e a relativa autonomia entre as entidades participantes; todos esses foram aspectos que potencializaram o alcance do ELO. Um importante pressuposto da ação foi, como afirma Fonseca,

“A busca por reforçar os laços e os compromissos que os parceiros já haviam construído na cidade. Não haveria espaço, neste momento, para gestos descolados de realidades específicas, tampouco para iniciar a construção de um vínculo de confiança, algo naturalmente vagaroso”. (2020, p. 5).

Era, de fato, “tempo de agir”, como a arquiteta e urbanista mesmo reforça em seu discurso. O projeto de extensão PUE integrou esta rede de “agentes-parceiros”, que contou, ainda, com a Associação de Mães e Pais pela Democracia, o Instituto Fidedigna, o Translab Urb e a Associação Cultural Vila Flores, todos atuantes em Porto Alegre e na RMPA.

A proposta de funcionamento da campanha era simples e, por isso mesmo, muito boa: lançar uma campanha de arrecadação de fundos – uma vaquinha digital – usando a equipe e a capacidade da ELA para articular a rede de contatos dos cinco agentes-parceiros; pessoas dispersas seriam alcançadas pelo material gráfico e audiovisual



da campanha e colaborariam fazendo doações; a ELA captaria os recursos e os distribuiria em cinco partes iguais para os agentes-parceiros; os agentes-parceiros, reconhecendo o contexto e as necessidades locais, transformariam o dinheiro em objetos úteis que fortalecessem o apoio que eles já prestam às comunidades e populações com as quais já têm vínculos. A ELA, por fim, seria a articuladora do grupo e lideraria a organização da campanha; os parceiros fariam o trabalho técnico-social direto na base.

Em números gerais, o projeto ELO¹ arrecadou R\$ 31.864,00 (trinta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), doados por 263 pessoas. Foram distribuídos, na cidade de Porto Alegre e na Região Metropolitana, cestas básicas, máscaras reutilizáveis e materiais de higiene pessoal e limpeza, alcançando, assim, um total de 1.860 (mil oitocentos e sessenta) pessoas.

Uma importante premissa do projeto era que a economia local ou de movimentos populares e sociais fosse beneficiada no momento da compra dos insumos. Por esta razão, era solicitado aos

parceiros que tentassem adquirir tudo o que seria doado de mercados ou produtores locais, bem como de assentamentos da reforma agrária.

Uma parte das pessoas contempladas com a ação foram aquelas com as quais o projeto de extensão PUE já interagira desde 2018. Essa foi uma oportunidade de reafirmar nosso compromisso com as populações da Vila

Nazaré e da Ocupação Povo Sem Medo. A seguir, descreveremos mais detalhadamente a realidade destas comunidades e como a campanha ELO as alcançou. Todas as ações realizadas pela campanha ELO respeitaram rigorosamente os protocolos de segurança sanitária, como o uso de luvas, máscaras e/ou *face shield*, assim como os distanciamentos necessários, garantindo, assim, a prevenção da doença e evitando a disseminação do vírus.

Ocupação PSM e remoção da Vila Nazaré: experiências durante a pandemia.

“Permaneçam em casa, em isolamento social”. Essa era a orientação das autoridades médicas, a partir do início da pandemia. Apesar dessa recomendação, a remoção das famílias da Vila Nazaré e a demolição de suas residências continuaram ocorrendo. As notícias de continuidade do processo de expropriação foram veiculadas na mesma semana em que Porto Alegre confirmou a primeira morte pela doença. Não interessava, à Prefeitura Municipal, se a orientação era permanecer em casa. Era preciso botar abaixo a Vila para manter o cronograma de ampliação da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Salgado Filho.

1. Os resultados do ELO de Ação podem ser consultados no e-book produzido com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/RS, que está disponível gratuitamente em bit.ly/ebookELO. Através deste livro, compartilhamos o processo e os resultados do projeto, promovendo o debate sobre os potenciais da articulação profissional de arquitetos e urbanistas para o combate às desigualdades socioespaciais.

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou com Ação Civil Pública, ainda no mesmo mês de março de 2020, com pedido de interrupção dos despejos durante o período em que os casos da doença estivessem em crescimento. A transferência das famílias altera suas vidas, retira-as de seu lugar, rompe os laços de solidariedade e as redes de apoio mútuo justamente quando eles são mais necessários. As casas vinham sendo demolidas com móveis e eletrodomésticos no interior e sem alternativas habitacionais para parte das famílias. A imprensa noticiava que uma parcela de pessoas, não enquadrada no modelo de reassentamento proposto pela prefeitura, estava ficando em situação de rua. O Jornal Sul 21 publicou relatos terríveis de moradores da Vila Nazaré. Um deles dizia o seguinte:

Tentei impedir a demolição sem sucesso, riam o tempo todo do meu desespero, sem poder fazer nada assistindo a patrula demolir minha casa, foi desumano o que fizeram, mesmo falando que era minha a casa eles continuaram a demolir ignorando meu desespero e afirmação que tinha documentos que comprovavam a posse da casa, simplesmente ignoraram tudo, estou dormindo no carro, sem a mínima condição (VELLEDA, 2020).

A falta d'água, consequência do arrasamento das casas e da infraestrutura urbana, também foi um drama que passou a ser vivido ali durante a pandemia. Como realizar uma ação simples, mas absolutamente necessária, como lavar as mãos nestas condições?

Apesar dos relatos, das denúncias veiculadas pela imprensa e da ação do MPE, o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) informou à imprensa que seguiria removendo quatro famílias por dia, apesar das condições sanitárias. Sobre a falta d'água, o departamento da prefeitura afirmou que o local, por ser uma ocupação, não possui rede pública.

Em meio a toda essa conjuntura, nós, do projeto de extensão PUE, nos movimentamos para

prestar solidariedade aos moradores da Vila Nazaré e da Ocupação Povo Sem Medo, coordenada pelo MTST.

O PUE é um projeto de extensão sediado na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. No ano de 2020, integraram sua equipe executora os professores Bruno Cesar Euphrasio de Mello e Inês Martina Lersch (coordenadores), além dos bolsistas Hemilyn Silva, Gustavo Castro e Kauê Werk. O PUE vem construindo vínculos com o MTST desde 2018, ocasião em que tivemos o primeiro contato com a Ocupação Povo Sem Medo e com a situação vivida pelas famílias da Vila Nazaré.

A Vila Nazaré existe naquele local há aproximadamente 60 anos, segundo relatos de seus moradores mais antigos. A ocupação do MTST, por sua vez, ocorreu em setembro de 2017, como gesto de denúncia à disputa territorial estabelecida entre a Fraport Brasil/Porto Alegre, subsidiária da *Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide* (empresa sediada em Frankfurt, na Alemanha, que venceu a concessão para operar o Aeroporto Salgado Filho), e a Vila Nazaré, comunidade formada por 1.500 famílias, que estão sendo removidas para permitir a ampliação da pista de pousos e decolagens.

Esse é um processo de expulsão tardio, planejado desde a Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014, que só agora está sendo concluído. A região onde estão a Ocupação Povo Sem Medo e a Vila Nazaré tem recebido importantes obras, tais como extensão e duplicação de avenidas, implantação de infraestrutura urbana e construção de condomínios empresariais. Desse modo, a área se constituirá, nos próximos anos, em importante vetor de expansão urbana em um dos últimos estoques de terra disponíveis na zona norte da capital gaúcha.

Durante o ano de 2019 e os meses iniciais de 2020, a comunidade acadêmica participou do processo de desenho e construção do galpão



comunitário da ocupação, edifício modesto, mas que é, hoje, após concluído, um espaço de referência do movimento popular (acolhe eventos, palestras, atividades de formação etc.). No mesmo período, o PUE acompanhou o processo de transferência das famílias da Vila Nazaré e o consequente arrasamento de suas casas.

A primeira ação de solidariedade às famílias, durante a pandemia, foi uma iniciativa da Profa. Martina Lersch, que articulou com a Associação Mães e Pais pela Democracia uma campanha de arrecadação de fundos para compra de cestas básicas aos moradores da Nazaré. Poucos dias depois, recebemos as fotos da entrega dos alimentos, realizada de casa em casa pelos integrantes do MTST. Cerca de 70 famílias foram beneficiadas com a entrega de alimentos. Esta primeira doação não teve qualquer relação com a campanha ELO de Ação, mas serviu ao PUE como demonstração da necessidade e viabilidade de algo desta natureza. Afinal, quem tem fome, tem pressa.

A segunda doação, já no âmbito do ELO, foi realizada na Ocupação Povo Sem Medo. Em 1º de maio de 2020, Dia do Trabalhador, data particularmente simbólica, realizamos a doação de cestas básicas às cerca de 75 famílias que habitavam a ocupação na ocasião. Parte dos alimentos que compunham a cesta foi comprada

de assentamentos da reforma agrária e de pequenos produtores da agricultura familiar. Assim, o mesmo recurso colaborou em duas frentes: com aquelas famílias que receberam os alimentos, mas também com aquelas que os produziram.

No momento da entrega, expusemos aos ocupantes a origem do fundo que tornou possível a doação

das cestas básicas, fizemos referência ao trabalho que tínhamos realizado junto à ocupação até então (mais particularmente a atuação nos mutirões de construção do galpão comunitário) e ao compromisso ativo que temos construído com o MTST, vínculo, esse, a que dávamos continuidade por meio da doação. Inclusive, vale ressaltar, o fato da entrega dos alimentos ter sido realizada sob a cobertura do barracão, erguido por meio do esforço coletivo, também foi bastante significativo para a equipe do projeto de extensão.

Esperamos que, no futuro, terminada a urgência das ações de solidariedade, possamos construir novos ELOS. Desejamos que projetos de ação coletiva deste caráter não sejam construídos apenas com as entidades que colaboraram na construção do fundo emergencial e com as doações, mas, também, com outros parceiros e demais finalidades. A discussão de temas tais como: o ensino de Arquitetura e Urbanismo diante das demandas emergentes, o exercício profissional orientado por meio de uma perspectiva de redução das desigualdades sociais, entre outros, nos parecem ser temas que se apresentam como necessários e pertinentes.

Reflexão para além da doação

Qual o alcance das ações de doação e de ajuda às famílias desassistidas? Uma pergunta que

tem óbvia relação com a crise da Covid-19 e a consequente explosão de ações assistenciais que começaram a pulular pelo estado do Rio Grande do Sul a partir de então. Todas as campanhas de arrecadação e doação de alimentos, produtos de higiene, roupas, são incriticáveis. São o gesto de ajuda humanitária possível no contexto de isolamento social. Cada iniciativa dessas merece aplauso. Afinal, como colaborar com quem perdeu sua renda, seu emprego e tem fome agora? É preciso criar as condições para que os pobres e vulneráveis fiquem em casa -recomendação central das autoridades da saúde-. Contudo, é preciso refletir sobre os limites e o alcance das ações filantrópicas e misericordiosas.

A armadilha do assistencialismo está na afirmação implícita de que os pobres são incapazes de protagonizar a criação de um mundo para si. Pressupõe que eles necessitam que algo lhes seja sempre “generosamente” outorgado, mas, se acreditamos que o mundo não é, mas está sendo, “solidarizar-se com estes [os oprimidos] é algo mais que prestar assistência a trinta ou a cem, mantendo-os atados, contudo, à mesma posição de dependência” (FREIRE, 1987, p. 36).

Paulo Freire chamava de “falsa generosidade” aquela que precisava da permanência da injustiça para continuar tendo oportunidade de realizar-se. Era preciso, segundo ele, combatê-la enfrentando os mecanismos de opressão e tornando-os objeto de reflexão. Isso requer a disposição de fazer *com o outro*, e não *para o outro*; de irmanar-se na incessante luta pela recuperação da humanidade, dignidade e direitos dos oprimidos.

Nada disso é doação a ser recebida pelos pobres, mas conquistas que devem ser buscadas permanentemente.

A solidariedade deixa de ser um gesto piegas, sentimental e distante quando passa a ser ato de compromisso e amor, que não se constrói à distância e ocasionalmente. É preciso coragem para o diálogo com o povo, de onde emergirão ambos. Neste encontro, como refere o educador, os pobres “deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados” (FREIRE, 1987, p. 36). O caminho é o do encontro e do amor que transcenda a doação distanciada e misericordiosa.

“Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa” (FREIRE, 1987, p. 80). São necessários vínculo, humildade e, principalmente, diálogo para refletir e agir sobre o mundo para transformá-lo. Já que ninguém liberta ninguém, e ninguém se liberta sozinho, é preciso compromisso e amor em comunhão, e isso não se faz colocando um dinheiro em uma conta, quantificando “beneficiários” abstratos. É preciso, parece-nos, que este sentimento de solidariedade extrapole o período de urgência. Que se transforme em engajamento real com as causas populares, e a extensão universitária é um espaço adequado, nos parece, para o encontro e a transformação social. ◀

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESCOLA LIVRE DE ARQUITETURA (org). ELO. **Porto Alegre**: Escola Livre de Arquitetura, 2020.

VELLEDA, Luciano. **Em tempos de coronavírus, famílias da Vila Nazaré ainda sofrem com remoções e falta d'água**. **Jornal Sul 21**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2020/03/em-tempos-de-coronavirus-familias-da-vila-nazare-ainda-sofrem-com-remocoes-e-falta-dagua/>. Acessado em: 09 ago 2020.